

# política

Editora: Paula Coutinho  
politica@jornaldocomercio.com.br

## Fachin e Alcolumbre debatem lei para conter penduricalhos

Em março, Supremo limitou as verbas indenizatórias a 35% do teto

/ JUSTIÇA

O presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), Edson Fachin, e o presidente do Senado, Davi Alcolumbre (União-AP), se reuniram nesta segunda-feira, para discutir um futuro projeto de lei para limitar os chamados “penduricalhos” pagos a magistrados.

Segundo notas divulgadas pelo Senado e pelo STF, os dois trataram sobre a “multiplicação de vantagens pecuniárias acessórias” que contribuem para os salários de magistrados ultrapassarem o teto do funcionalismo - hoje equivalente ao salário de um ministro do STF, de R\$ 46,3 mil.

Em decisão de março, o Supremo autorizou expressamente oito tipos de “penduricalhos” e limitou as verbas indenizatórias a 35% do teto. O adicional por tempo de serviço pode exceder



Edson Fachin terá texto avaliado hoje pelo plenário do CNJ

o teto em mais 35%. No total, os salários de juizes e membros do Ministério Público poderão ultrapassar o teto em até 70%.

“Na reunião, também foi destacada a jurisprudência consolidada do STF que considera inconstitucionais vantagens que

ultrapassem o teto constitucional ou sejam concedidas sem vinculação a prestação laboral específica. Segundo os presidentes, a questão tem caráter estrutural e demanda solução legislativa ampla, capaz de preservar a valorização das carreiras públicas”, diz a nota do Supremo.

As notas ainda informam que Fachin e Alcolumbre decidiram continuar os diálogos institucionais para construir propostas e receber sugestões da sociedade sobre o tema.

Na semana passada, Fachin apresentou ao Conselho Nacional de Justiça (CNJ) uma proposta de resolução para instituir um contracheque único para toda a magistratura. Levantamento do CNJ identificou que há, hoje, mais de 500 registros de “penduricalhos” pagos com nomes distintos. O texto de Fachin será analisado pelo plenário do CNJ nesta terça-feira.

## STF articula resposta após Moraes ser intimado pelos EUA

O Supremo Tribunal Federal (STF) articula a adoção de providências legais cabíveis após a Justiça dos Estados Unidos (EUA) determinar a intimação pessoal do ministro Alexandre de Moraes por e-mail.

Moraes é alvo de um processo movido pela rede social Rumble na Justiça da Flórida. A plataforma acusa o ministro de determinar a suspensão de perfis de brasileiros que moram nos Estados Unidos. Os alvos são acusados de ataques antidemocráticos contra o Supremo.

A Suprema Corte pretende acionar a diplomacia brasileira e a área de cooperação internacional do Ministério da Justiça. A Advocacia-Geral da União (AGU) também deve ser procurada para auxiliar no caso.

Na avaliação de integrantes do tribunal, as leis brasileiras impedem que magistrados respondam pessoalmente por decisões judiciais proferidas durante o exercício de suas funções.

Conforme essa avaliação, as hipóteses de responsabilidade pessoal de juizes são excepcio-

nais e ocorrem somente em casos de fraudes intencionais, por exemplo. Além disso, a Constituição estabelece que a responsabilidade do Estado é objetiva. Dessa forma, o Estado brasileiro deveria ser acionado, e não o ministro.

Em março deste ano, o Superior Tribunal de Justiça (STJ) negou um pedido do Rumble para notificar Moraes por meio de uma carta rogatória, instrumento jurídico usado para notificar quem mora no exterior. Por lei, cabe ao STJ autorizar esse tipo de procedimento.

## Lula faz radioterapia após retirar lesão na pele

/ SAÚDE

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) fez nesta segunda-feira uma sessão de radioterapia como parte do tratamento de uma lesão de câncer de pele retirada de sua cabeça no final de abril. O boletim médico afirma que se trata de um procedimento preventivo.

Lula retirou uma lesão do

couro cabeludo em 24 de abril. Tratava-se de câncer basocelular, tipo menos grave e mais comum de câncer de pele. O procedimento foi realizado ontem na unidade do hospital Sírio-Libanês de Brasília. Devem ser realizadas outras 14 sessões nas próximas três semanas, aproximadamente.

Nenhum dos dois boletins médicos anteriores relativos

a essa lesão no couro cabeludo mencionava a necessidade de radioterapia.

O documento do hospital divulgado nesta segunda-feira afirma que “optou-se por tratamento complementar com radioterapia superficial preventiva no couro cabeludo”. Também diz que Lula poderá manter suas atividades diárias sem restrições.



## Repórter Brasília Edgar Lisboa

edgarlisboa@jornaldocomercio.com.br

## Master contamina tabuleiro eleitoral

A crise envolvendo o Banco Master continua produzindo reflexos na pré-campanha presidencial e dentro do Congresso. O caso passou a ser tratado por parlamentares como teste de resistência política para o senador e pré-candidato Flávio Bolsonaro (PL, dir. na foto). Aliados trabalham para reduzir danos, enquanto adversários tentam ampliar o desgaste. A avaliação nos bastidores é de que o episódio ainda pode influenciar alianças e o discurso moral da campanha. Enquanto isso, Flávio está em Washington, para tentar uma foto com Donald Trump. Se ele conseguir e se isso pode ajudar só saberemos depois.



## Fila ao Planalto cresce no campo conservador

Com o desgaste político aumentando, outros nomes passaram a ocupar mais espaço no debate eleitoral. Michelle Bolsonaro (PL), Romeu Zema (Novo, esq. na foto) e Ronaldo Caiado (PSD, centro na foto) intensificam movimentos de articulação nacional. O problema para a direita começa a ser justamente o excesso de candidatos. Quanto mais nomes surgem, maior o risco de fragmentação política e disputa interna antecipada.

## Congresso afrouxa fiscalização partidária

A aprovação, pela Câmara, do projeto que flexibiliza regras de fiscalização dos partidos reacendeu críticas de entidades de controle e transparência. A proposta é vista por adversários como nova tentativa de “blindagem política” em pleno período pré-eleitoral. Organizações como a Transparência Internacional Brasil defendem que o Senado promova audiências públicas antes da votação final.

## Senado vira última barreira institucional

Agora o foco está no Senado. A expectativa é saber se os senadores manterão o texto aprovado pelos deputados ou se haverá endurecimento das regras. Nos bastidores do Congresso, cresce a pressão para mudanças antes do recesso parlamentar de julho. Juristas alertam que parte das alterações pode enfrentar questionamentos no Supremo Tribunal Federal por possível afronta ao princípio da anualidade eleitoral.

## Ficha Limpa volta ao centro da disputa

O Supremo Tribunal Federal iniciou julgamento virtual sobre mudanças na Lei da Ficha Limpa. O debate pode reduzir prazos de inelegibilidade e reabrir espaço eleitoral para políticos hoje fora da disputa. A ministra relatora, Cármen Lúcia, primeira a votar, deu o recado. Considerou inconstitucionais as regras aprovadas pelo Congresso e flexibilizaram pontos da Lei da Ficha Limpa. Ela classificou as mudanças como “um patente retrocesso”.

## Fim da escala 6x1 acelera no Congresso

Outro tema que promete dominar é o debate sobre o fim da jornada 6x1. O final de semana foi de reuniões com parlamentares, governo, e, nesta segunda-feira, do presidente da Câmara, deputado federal Hugo Motta (Republicanos-PB), com o presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT). Tudo caminhando, mas o principal ponto de discordância continua sendo a redução da carga horária semanal de 44 para 40 horas. Com as eleições se aproximando, partidos tentam evitar desgaste diante de uma pauta com forte apelo popular e sindical.